

Edital nº 26/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso Superior de Bombeiro Militar (CSBM/2017)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso Superior de Bombeiro Militar (CSBM/2017)**, sob a supervisão do Campus de Ensino Mata da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**1.1. Da vaga para coordenador:**

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	360	- Ser Coronel do CBMPE e possuir, preferencialmente, o curso de Coordenação Pedagógica, realizado pela ACIDES.	01

1.2. Das vagas de instrutores titulares:

Disciplinas	C/H	Requisitos	Vagas
Ética Profissional e Cidadania	10	Curso na área de Ética e Cidadania e/ou Graduação em áreas afins.	01
Doutrina de Emprego Estratégico em Defesa Civil	20	Curso na área de Sistema de Comando de Incidentes, ou de Planejamento Operacional.	01
Metodologia Científica da Pesquisa	20	Possuir curso de formação superior na área Pedagógica ou Licenciatura, ou Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01
Gestão Estratégica de Defesa Civil	30	Possuir curso na área de Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Defesa Civil.	01
Gestão Integrada das Organizações	20	Possuir curso na área de Administração, Gestão Governamental ou áreas afins.	01
Conjuntura Econômica, Social e Política do Brasil.	20	Possuir curso na área das Ciências Sociais, Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas.	01
Gestão de Logística em Operações Humanitárias	20	Possuir curso na área de Administração, Gestão de Logística, ou áreas afins.	01
Gestão Estratégica de Qualidade na Administração Pública	20	Possuir curso na área de Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Gestão Pública.	01
Gestão e Planificação de Desastres	60	Curso de Gestão de Desastres, Sistema de Comando de Incidentes ou Planejamento Operacional.	01
Tecnologia da Informação aplicada à Defesa Civil	20	Possuir curso na área de Tecnologia da Informação ou áreas afins.	01
Gestão Ambiental em Desastres	20	Possuir curso na área de Gestão ambiental, Ciências ambientais ou áreas afins.	01
Marketing Institucional	20	Curso na área de Comunicação	01

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

		Social e/ou Mídias Sociais; formação em Marketing ou Administração, ou que tenha desempenhado atividade de Assessoria de Comunicação na Instituição.	
Planejamento Estratégico	20	Possuir curso na área de Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Defesa Civil.	01
Defesa Civil e Bens Públicos	20	Possuir curso na área de Direito, Administração ou Gestão, preferencialmente com ênfase em Defesa Civil.	01
Seminário Avançado de Pesquisa em Defesa Civil	20	Possuir Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01
Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso	20	Possuir Especialização na área de Ensino, Mestrado ou Doutorado.	01

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 26/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br e vão até o dia 17/09/2017.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
CEL PM	1861 - 9	EDUARDO HENRIQUE SENNA COSTA	CEMATA
CEL BM	1971-2	ALMIR DA ROCHA SILVA	DEIP/CBM
CAP PM	960015-9	ALEXANDRE JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798.053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutória) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **planos de disciplina (PLADIS)**, devidamente identificados, a Supervisão de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife-PE, em 06 de setembro de 2017.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Anexo I Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 22/09/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático e a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	A DEFINIR	CEMATA
4	Encontro Pedagógico	A DEFINIR	CEMATA
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior), matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem, _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre: (nome da disciplina)** _____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/____ a ____/____/____, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior) _____. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

SECRETARIA DE
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, Matrícula nº _____,
CPF. _____ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina,
_____ do o **Curso Superior de Bombeiro Militar (CSBM/2017)**, no período de
____/____/ a ____/____/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo
de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a
referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no
processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de
29DEZ16 e o Decreto Nº 44.089, de 6 de Fevereiro De 2017)..

Recife, ____/____/____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ____/____/____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO CSBM 2017

ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: A compreensão da moral, ética e deontologia de forma a estabelecer relações de cidadania com a profissão e proporcionar conhecimentos para a sua vivência. A Ética Profissional e Cidadania, seus valores e deveres associado ao espírito de corpo e a coesão entre militares. A Ética Bombeiro Militar em contraponto a Violência, Corrupção e Disfunção. O regulamento de Ética dos Militares de Pernambuco, os preceitos e o que preconiza o Estatuto dos Militares de Pernambuco tendo como norte o Código de Conduta da ONU.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Moral e ética

- 1.1. Histórico
- 1.2. Doutrinas, conceitos e diferenças.

2. O homem como agente e paciente do processo ético

- 2.1. O Eu agente e paciente das circunstâncias
- 2.2. Consciência da realidade como condição para o exercício ético
- 2.3. Indivíduo e sociedade
- 2.4. Virtudes e atitudes éticas fundamentais

3. Deontologia

- 3.1 Conceituação
- 3.2. Condições para ser uma profissão
- 3.3. O homem como ser emocional, espiritual, social e político.

4. A Ética e os aspectos jurídicos

- 4.1. Constituição Federal (Art. 5º)
- 4.2. CP, art. 325 e 326
- 4.3. Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei
- 4.4 Declaração sobre a Polícia, do Conselho da Europa
- 4.5 Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco
- 4.6 Código Disciplinar dos Militares Estaduais de Pernambuco

5. Cidadania

- 5.1. Conceito e valores básicos
- 5.2 Princípios básicos de cidadania para o bombeiro militar
- 5.3 O profissional de segurança pública no Estado Democrático de Direito

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1988;
BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988;
DECRETO nº 22.114, de 13 de março de 2000 – Regulamento de Ética Profissional dos Militares de Pernambuco;
LEI nº 11.817, de 24 de Julho de 2000 – Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco;
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Resolução 34/69: Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. New York: ONU, 1969.

Conteudista: CEL BM Livson Correia de Vasconcelos

Doutrina de Emprego Estratégico em Defesa Civil

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: O estudo do processo decisório em Defesa Civil, contemplando as decisões das fases de preparação, resposta e recuperação de desastres. Apresentar aos alunos os princípios essenciais para o entendimento da complexidade e dos desafios gerenciais nos níveis estratégico, tático e operacional em operações de Defesa Civil, a partir da implantação de doutrina de emprego em Defesa Civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Definições para Doutrina de Emprego;

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

2. Emprego em situações de desastres e emergências complexas.
3. Decisões táticas e operacionais em ações de Defesa Civil.
4. Desafio gerencial de organizações de Defesa Civil.
5. Gerenciamento e Doutrina de informações de crises.
6. Inovações em Gestão de Defesa Civil.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-137 – Doutrina de Liderança da Marinha. Capítulo 1, rev. 1. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. ESG. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. 1995.

VALLA, Wilson Odirley. Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar. 1ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar-Publicações Técnicas, 1999.

_____, Deontologia Policial Militar. Ética profissional. 4ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar-Publicações Técnicas, 2011.

Conteudista: CEL BM Almir da **Rocha** Silva

TC BM **Jonas** Eufrasino da Silva

Metodologia Científica da Pesquisa **Carga Horária: 20 horas**

EMENTA: Iniciação à pesquisa na formação do oficial favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolvendo no aluno uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa em Defesa Civil, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.

1.1 Desafios e perspectivas.

1.2 A produção e o processo de pesquisa

1.3 Aspectos epistemológicos e metodológicos.

1.4 o projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.

2. Projeto de intervenção: projeto e produção escrita

2.1 Diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.

2.2 Definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).

2.3 A pesquisa e a redação do projeto de intervenção:

2.4 Organização e orientação para a construção do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2009.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

SILVA & SILVEIRA, José Maria da e Emerson Sena da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Normas e técnicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

Conteudistas: Maj BM José Jailton Siqueira de Melo

Maj BM Wagner Pereira da Silva

Gestão Estratégica em Defesa Civil Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conhecer o histórico, a política nacional e as legislações da Defesa Civil no Brasil e no Estado. Conhecer os aspectos ligados a desastres, envolvendo conceitos e classificações. Conhecer as fases do ciclo de gestão de Proteção e Defesa Civil focando a gestão de riscos de desastres. Conhecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Proteção e Defesa Civil

- 1.1. Histórico: Como surgiu a Defesa Civil no Brasil e no Estado;
- 1.2. Evolução de defesa passiva para proteção civil (histórico e terminologia);
- 1.3. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);
- 1.4. Legislações: Marcos legais (de 1943 a 2016).

2. Estudo dos Desastres (conceitos e classificações)

- 2.1. Conceitos;
- 2.2. Os desastres e sua concepção social;
- 2.3. Classificação, tipologia e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE);
- 2.4. Análise e classificação de danos e prejuízos;
- 2.5. Reflexão sobre desastres e aplicação de medidas preventivas – resiliência.

3. Fases do Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil

- 3.1. Gestão de Riscos e de Desastres;
- 3.2. Medidas estruturais e não-estruturais;
- 3.3. Diferentes Ações do Ciclo de Gestão em Defesa Civil:
 - 3.3.1. Cultura de prevenção de desastres;
 - 3.3.2. Mapeamento de áreas de risco;
 - 3.3.3. Fiscalização e vistorias técnicas em áreas de riscos;
 - 3.3.4. Manter a população informada;
 - 3.3.5. Protocolos de prevenção e alerta e ações emergências em desastres.
- 3.4. Conhecer as fases da Defesa Civil:
 - 3.4.1. Prevenção;
 - 3.4.2. Mitigação;
 - 3.4.3. Preparação;
 - 3.4.4. Resposta e;
 - 3.4.5. Recuperação.

4. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC):

- 4.1.1. Objetivo e finalidade;
- 4.1.2. Estrutura e atribuições;
- 4.1.3. Políticas de governo associadas às ações de Proteção e Defesa Civil;
- 4.1.4. Reflexões sobre a Gestão de Riscos e Desastres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação **Lei n. 12.608**, de 10, de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil: construindo comunidades mais seguras**. 2. ed. Brasília: MI, 2005. (Curso à distância-Guia do estudante)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. 5. ed. Brasília: MI, 2009

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), [19--]

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999

CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil: livro texto para educação à distância**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **DECRETO Nº 7.257**, de 04/08/10 - Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 02JUL10, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas p/ desastre e dá outras providências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERREIRA, Keila. Boas Práticas Municipais em Defesa Civil do Recife – **Ações de Preparação e Contingência**. In: VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, Maceió, 2011. Anais..., Maceió, 2011

GOVERNO DO ESTADO, **DECRETO Nº 38.253**, de 04 de Junho de 2012, Institui o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no âmbito do Estado de Pernambuco, Recife, 4 DE JUNHO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1, de 24 de agosto de 2012

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos**. GeoTextos, Bahia, v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997

Portaria nº 607, de 18/05/11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

Conteudista: Ten Cel QOC/BM - Mat. 960050-7 / **Luiz Augusto** de Oliveira França

Gestão Integrada das Organizações Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Estudo dos benefícios e aplicações da Gestão Integrada de Qualidade nas organizações, considerando as demandas sociais pertinentes à atividade de Defesa Civil, em conformidade com o Plano Nacional e Estadual de Defesa Civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Sistema de Gestão Integrado (SGI);
2. Histórico e Conceitos. Benefícios da Implementação do Sistema de Gestão Integrado;
3. Evolução da questão sistêmica no mundo e no Brasil.
4. O Pacto pela Vida como um modelo integrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, L. A. "Pensamento Sistêmico: caderno de campo: o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade". Porto Alegre: Bookman, 2006.;

ARAÚJO, G.M. "Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18.001 e ISM CODE". Rio de Janeiro: GVC ed., 2006.;

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

DAFT, R.L. "Teoria e projeto das organizações". 6.ed. Rio de Janeiro: LTC ed.,1999.

Conteudista: CEL BM Marcílio **Rossini** da Silva

Conjuntura Econômica, Social e Política do Brasil **Carga Horária: 20 horas**

EMENTA: Análise das conjunturas econômica, social e política no Brasil, visando proporcionar uma visão sistêmica e geral da cena política, do mundo social e do campo do poder, no Brasil e no Mundo, e suas repercussões no campo da Defesa Civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. **Análise de conjuntura;**
2. **Conjuntura econômica;**
3. **Conjuntura política;**
4. **Conjunturas política e econômica brasileira contemporâneas.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, S. V. (2000). Teoria e método na análise de conjuntura. Educação & Sociedade, São Paulo, v. XXI, n. 72, p. 145-152, ago.

FIGUEIREDO, A. C. (1993). Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política. São Paulo: Paz e Terra.

PRZEWORSKI, A. (1995). Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

Conteudista: CEL BM Rogério Antônio **Coutinho** da Costa

Gestão de Logística em Operações Humanitárias **Carga Horária: 20 horas**

EMENTA: O processo de tomada de decisão estratégica em logística, envolvendo operações humanitárias nas fases de preparação, resposta e recuperação de desastres. Apresentar aos alunos os princípios de Logística Humanitária envolvidos com o fornecimento eficaz de ajuda em áreas devastadas por desastres, além de discutir os efeitos das decisões gerenciais da logística humanitária, em longo prazo e, desta forma, explorar estratégias para a cadeia de suprimentos humanitária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contexto humanitário e princípios de intervenções humanitárias;
2. Fundamentos de Logística e Cadeia de Suprimentos;
3. Logística Humanitária e Cadeia de Ajuda Humanitária;
4. Gerenciamento de cadeias de suprimentos em operações humanitárias;
5. Modelagem de Cadeias Complexas, resiliência de cadeias de suprimentos;
6. Preparação para emergência e planejamento estratégico;
7. Logística Humanitária aplicada as ações de Proteção e Defesa Civil.

BIBLIOGRAFIA

MACHADO, A. L. S. Logística Humanitária para Atendimento a Desastres Naturais: Estudo de Caso. Projeto de Pesquisa Científica. UNIFESO, 2014. Disponível em <<http://www.unifeso.edu.br/observatorio/pdf/018600.pdf>>

MEIRIM, H. (2006). **Logística Humanitária & Logística Empresarial**. Sapucaia do Sul, Brasil : MMRBrasil, Disponível em <http://www.mmrbrasil.com.br/artigos/40.pdf>.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

NOGUEIRA, C.; GONÇALVES, M. e NOVAES A. (2008) **Logística humanitária e Logística empresarial: Relações, conceitos e desafios**. Anais do XXI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes. Novembro. Rio de Janeiro.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins**. 1ª ed. Prisma, Brasília: 1997.

Conteudista: TC BM **Jonas** Eufrasino da Silva

Gestão Estratégica da Qualidade na Administração Pública **Carga Horária: 20 horas**

EMENTA: Proporcionar aos alunos o conhecimento dos parâmetros necessários à obtenção da qualidade na administração pública, através dos princípios, características e objetivos do setor público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos da qualidade na administração pública no Brasil;
2. As organizações privadas e públicas: diferenças, objetivos e princípios;
3. Aspectos doutrinários da administração pública;
4. Qualidade e Produtividade;
5. Tendências na Gestão Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do Estado. Porto Alegre : Globo, 1959.

FREIRE, E. Ética na Administração Pública. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

JAMESON, Samuel H. Que é Administração Pública? Fundação Getúlio Vargas. 1962.

JUND, Sergio. As novas doutrinas de Administração Pública e os seus reflexos nos controles e na Auditoria de Desempenho dos Programas Governamentais. Dissertação de Mestrado, EBAPE/FGV, 2002.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Conteudista: CEL BM **Lamartine** Gomes Barbosa

Gestão e Planificação de Desastres **Carga Horária: 60 horas**

EMENTA: Capacitar o Oficial Superior na Gestão estratégica de cenários de Desastres, utilizando-se de recursos da operacionalidade ordinária da Corporação e do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Conceituação de Ameaça, Vulnerabilidade, Dano, Risco e Desastres Naturais;
- Tipificação, classificação e codificação dos desastres;
- Proteção civil e a Segurança global da população;
- Sistema de comando de incidentes e o Comando e Controle;
- Cadeia de comando e o fluxo de informações operacionais;
- Zoneamento de emergências, áreas de trabalho e setorização de cenários adversos;

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

- Avaliação de cenários e o processo decisório;
- Estruturação e funcionamento de Centros Integrados de Comando e Controle;
- Priorização tática em cenários de desastres;
- Protocolos e ferramentas de gestão de desastres;
- Elementos e o ciclo da planificação de resposta a desastres;
- Elaboração e desenvolvimento de exercícios simulados;
- Estudos de Caso sobre grandes operações e resposta a desastres.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Sistema de Comando de Incidentes**. Brasília: SENASP, 2008. 144 p. Apostila do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Projeto de Implantação do Centro de Comando e Controle Integrado**, Recife, 2011.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual de Gestão de Crises do CBMPE**, Recife, 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes - Intermediário**, Recife, 2015.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Operação de Centros de Gerenciamento de Emergências**, Recife, 2014.

Conteudista: TC BM MAT 920436-9 – Caio **Hercílio** Oliveira de Souza

Tecnologia da Informação Aplicada à Defesa Civil **Carga Horária: 20 horas**

EMENTA: A tecnologia da informação e os novos rumos. Tecnologia como área do conhecimento humano. Aplicações tecnológicas no processo de Planejamento e execução em Defesa Civil. Inserção da tecnologia da informação no cenário de desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A tecnologia como área do conhecimento humano.
2. Conceito e evolução histórica.
 - 2.1 a ciência e a tecnologia em tempos de incerteza;
 - 2.2 a informática na sociedade em que vivemos;
3. As novas tecnologias da comunicação e informação,
4. A escola e os professores.
 - 4.1 novas exigências educacionais e profissão docente;
5. Conhecimento, aprendizagem e conteúdos de ensino em informática na educação.
6. Ensino e aprendizagens inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.
7. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente.
 - 7.1 a interatividade no ciberespaço;
 - 7.2 o conhecimento compartilhado;
 - 7.3 os modos de produção e recepção do texto escrito no ciberespaço;
8. A hipertextualidade;
 - 8.1 a virtualidade na educação: limites e possibilidades;
 - 8.2 Educação à distância: bases conceituais e evolução histórica;
 - 8.3 A ação docente e discente na ead: uma realidade, muitos desafios

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Fátima Bayma. Tecnologia da informação e comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2ª Ed., 2007.

REIS, D. R. dos. Gestão da inovação tecnológica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. 4.a tiragem revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

Conteudista: Maj BM Gustavo Coutinho de Amorim **Damasceno**

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Gestão Ambiental em Desastres

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Apresentar e discutir o que fazer após os desastres, com vistas à retomada da normalidade do ambiente e da comunidade afetada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Percepção ambiental.
2. Definição e conceito de Educação Ambiental.
3. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
4. Questões sociais aplicadas às áreas de risco.
5. Participação comunitária e popular o atendimento a desastres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental, teoria e prática.** São Paulo: Oficina de textos, 2004.

Conteudista: TC BM Moisés Tenório Lopes Júnior.

Marketing Institucional

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecer a relação entre a comunicação organizacional e a identidade corporativa, através do gerenciamento e posicionamento da marca e da memória institucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 2 Comunicação organizacional;
- 3 Identidade corporativa;
- 4 Memória institucional;
- 5 Posicionamento e força da marca;
- 6 Relação da assessoria de imprensa do Corpo de Bombeiros com a mídia.
7. Comunicação social em áreas de risco e de desastres.

REFERÊNCIA:

CAHEN, Roger. Comunicação Empresarial, a imagem como patrimônio da empresa e ferramenta de marketing. 6 ed. São Paulo : Best Seller, 1998;

DUARTE, Jorge (org.); MOUTINHO, Ana Viale (colab.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003;

HELOANI, R. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. São Paulo. Cortez, 1994;

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1999;

LEVACOV, Marília. Tendências na Comunicação. Porto Alegre: L&PM, 1998;

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. . São Paulo: Atlas, 1999; NOGUEIRA, Nemércio. Media Training: Melhorando as relações da empresa com os jornalistas de olho no fim da Comunicação Social. 1 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999;

STEWART, Thomas A. Capital Intelectual: A Nova vantagem Competitiva das Empresas. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Conteudista: TC BM Valdy José de Oliveira Júnior

Planejamento Estratégico

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Estudo dos conceitos e teorias sobre Planejamento estratégicos das organizações modernas. Analisando desde da origem do planejamento estratégico e a sua conceituação de maneira que o aluno adquira uma visão geral de um planejamento estratégico completo.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Concepções de Estratégia e do Planejamento Estratégico.
2. Análise Interna e do Macroambiente.
3. Cultura organizacional, mudança Cultural e o papel estratégico de Recursos Humanos.
4. A cultura da excelência.
5. Diagnóstico Organizacional: Variáveis comportamentais, ambientais e organizacionais.
6. Construindo o Planejamento Estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Eliezer Arantes da Costa., "Gestão Estratégica". São Paulo: Saraiva, 2002.

JURAN, J.M. Planejamento para a qualidade. São Paulo: Pioneira, 1992.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. "Organização orientada para a estratégia". Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REBOUÇAS, Djalma de Pinho., "Planejamento Estratégico: Conceitos metodologia práticas". São Paulo: Atlas, 2001.

TAVARES, Mauro Calixta., "Gestão Estratégica". São Paulo: Atlas, 2000.

Conteudista: CEL BM Clóvis Fernandes Dias **Ramalho**

Defesa Civil e Bens Públicos Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Apresentar e discutir as definições, aspectos legais e características dos Bens Públicos e Privados, contextualizando as discussões sobre uso e utilidade em situações de Desastres e necessidades de Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Regime Jurídico aplicado a Defesa Civil.
2. Direito Ambiental Brasileiro.
3. Áreas especialmente protegidas e Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
4. Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico Nacional.
5. Prioridades de preservação e recuperação em situações de Desastres.
6. Afetação e Desafetação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. 30 ed. São Paulo: Globo, 1993.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASÍLIA. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. Departamento de Defesa Civil, 1998.

CELSO NETO, João. Domínio público: os bens que todos usamos e a questão ecológica. 25. ed. 1998. Teresina: Jus Navigandi, 1998.

FERREIRA, Lula da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Bomtempo, 1998.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

SIRKIS, Alfredo. **Ecologia urbana e poder local**. São Paulo: Ondazul, 1999.

Conteudista: CEL BM **Ivan** Fredovino Ramos Júnior

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

Seminário Avançado de Pesquisa em Defesa Civil.

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Propõem-se leituras e discussões de textos científicos e estudos de temas atuais ou emergentes em Defesa Civil. A Disciplina tem como finalidade o desenvolvimento de habilidade na busca de informações técnico-científicas e a capacitação na análise crítica das informações apresentadas e discutidas em grupos. A disciplina será conduzida na forma Seminários. Assim, busca-se complementar a formação do Oficial Superior introduzindo outros aspectos do método científico na pesquisa de temas de Defesa Civil.

CONTEÚDEO PROGRAMÁTICO:

1. Desastres naturais no Brasil.
2. Estudos de casos das Enchentes em Pernambuco: 2010 e 2017.
3. O Haiti: Uma experiência compartilhada.

BIBLIOGRAFIA:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.

DEMO, P. Pesquisa como princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, M. de O.; CASTRO, N. C. de. Como fazer um projeto de pesquisa. São Paulo: PUC, 2000. mimeo.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜCK, Heloisa. *Metodologia de projetos*. Uma ferramenta de planejamento e gestão. São Paulo: Vozes, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2001.

Conteudistas: Maj BM Cristiano Correia

Maj BM Eduardo Araripe P. de Souza

Orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Iniciação à pesquisa favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolver no discente uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.
 - 1.4 Desafios e perspectivas.
 - 1.5 A produção e o processo de pesquisa
 - 1.6 Aspectos epistemológicos e metodológicos.
- 1.4 O projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.
2. **Projeto de intervenção:** projeto e produção escrita.
 - 2.1 diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.
 - 2.2 definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).
 - 2.3 a pesquisa e a redação do projeto de intervenção.
 - 2.4 organização e orientação para a construção do texto.

Edital nº 26/2017 - ACIDES/SDS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. Metodologia científica para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.

DEMO, P. Pesquisa como princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, M. de O.; CASTRO, N. C. de. Como fazer um projeto de pesquisa. São Paulo: PUC, 2000. mimeo.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜCK, Heloisa. *Metodologia de projetos*. Uma ferramenta de planejamento e gestão. São Paulo: Vozes, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2001.

Conteudista: Maj BM Cristiano Correia

Maj BM Eduardo Araripe P. de Souza

VISTO	
GESTOR DA GICAP/SDS	
CHEFE DO SETOR DE PROJETOS/GICAP/SDS	
CHEFE DA UNIDADE DE APOIO E ENSINO/GICAP/SDS	
CHEFE DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO FORMATIVA/GICAP/SDS	